



ANAIS

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

IX Colóquio Nacional Cultura e Poder

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

V Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2023

**GT 10 – Memórias, Arquivos das ditaduras e pensamento
social-político religioso**

GUERRA PSICOLÓGICA E A IMPRENSA FEMINISTA: UM ESTUDO DE CASO DO JORNAL BRASIL MULHER EM LONDRINA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Lívia Campanheli (UEL-G) ¹

Fabio Lanza ²

José W. A. Neves Jr ³

2

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar o papel da imprensa feminista, especificamente o Jornal Brasil Mulher em Londrina, durante a ditadura militar no Brasil, destacando a violência da guerra psicológica imposta pelos ditadores. Utilizando uma abordagem de pesquisa documental analisando os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) da Agência de Curitiba, foi possível compreender como o Jornal Brasil Mulher enfrentou as pressões da censura e da perseguição em um contexto de estratégias de manipulação psicológica usadas pela ditadura para controlar e influenciar a sociedade paranaense. Este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada da atuação da imprensa feminista como um espaço de resistência, documentando como a guerra psicológica afetou o jornal e suas estratégias, além de evidenciar o papel das mulheres nesse contexto. Os resultados indicaram a importância da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres na construção de uma sociedade mais justa, equitativa, igualitária e a promoção de narrativas históricas que reconheçam o protagonismo feminino.

Palavras-Chaves: Ditadura militar (1964-1985). Imprensa feminista. Guerra psicológica.

INTRODUÇÃO

A ditadura militar que assolou o Brasil nos anos de 1964 a 1985 deixou um legado de repressão política, censura e violação dos direitos humanos. Durante esse período da história do país, a imprensa desempenhou um papel essencial na divulgação de informações e na resistência contra o regime autoritário. Dessa forma, entre as várias vozes que desafiaram as normas estabelecidas pela ditadura, esse estudo destaca uma vertente de mídia alternativa específica: a imprensa feminista.

Esse estudo se propõe a destacar o papel crucial desempenhado pela imprensa feminista durante a ditadura militar brasileira, com foco no Jornal Brasil Mulher, que teve início na cidade

¹ Bacharelanda em Ciências Sociais. Bolsista PROIC CNPq. Email: livia.campanheli@uel.br (UEL)

² Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFCE-UEL), Londrina/PR. Bolsista Produtividade do CNPq. Email: lanza@uel.br

³ Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Marília). Foi bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL). Pesquisador colaborador do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), vinculado ao Laboratório do Pensamento Político (PEPOL).

de Londrina no estado do Paraná. O Jornal Brasil Mulher não apenas se tornou um espaço de resistência, mas também desafiou abertamente as estruturas patriarcais e os estereótipos de gênero, abordando questões relacionadas aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e enfrentando o machismo estrutural.

Segundo Araújo (2000), as feministas da década de 1970 buscavam construir uma posição política que unisse feminismo, luta democrática e socialismo. Isso representou um desafio direto às estruturas de poder estabelecidas pela ditadura militar. A imprensa feminista não era apenas um veículo de informação, era uma ferramenta de resistência que contribuiu para a conscientização sobre as violações de direitos humanos e a importância fundamental da liberdade de expressão em um contexto de repressão política.

No entanto, a ditadura militar também empregou estratégias de guerra psicológica para controlar e manipular a sociedade. A imprensa, incluindo a imprensa feminista, foi um dos alvos principais dessa guerra psicológica, sofrendo censura, perseguição e ameaças. O conceito de guerra psicológica adversa é definida no Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967:

A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. (Brasil, 1967)

Esse decreto delinea a definição de maneira vaga, estrategicamente proporcionando uma base legal ampla para interpretação flexível. Essa vagueza permitiu uma abrangência considerável na criminalização de atividades e manifestações percebidas como ameaças ao governo (ALVES, 1985; VILLA, 2014). A amplitude do conceito, aliada à ambiguidade, criou espaço para uma interpretação maleável, favorecendo os interesses das autoridades militares e facilitando a repressão de oposições políticas.

Utilizando uma abordagem de pesquisa documental e analisando os documentos do SNI disponíveis no NDPH (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica) da Universidade Estadual de Londrina, busca-se compreender em profundidade como o Jornal Brasil Mulher enfrentou as pressões da censura e da perseguição, em um contexto de estratégias de manipulação psicológica usadas pelo regime ditatorial para controlar e influenciar a sociedade. A escolha da análise documental como método de investigação é baseada na visão de Tim May, que destaca o potencial informativo e estruturador dos documentos, como a sedimentação das práticas sociais. Nas palavras de May (2004), “Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais”.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2023, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2023.

O acesso aos arquivos do SNI no NDPH proporcionou um entendimento aprofundado do contexto histórico e das condições sob as quais esses documentos foram produzidos. Além disso, as pesquisas foram estendidas ao SIAN, o site do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, onde foi explorado o fundo documental relacionado ao SNI para identificar documentos de interesse. Esta abordagem metodológica permite uma análise abrangente, não apenas considerando o conteúdo dos documentos, mas também contextualizando-os no ambiente mais amplo em que foram gerados.

Seguindo a abordagem proposta por May, é crucial compreender o período histórico, o contexto de produção dos documentos e os posicionamentos dos atores sociais, neste caso, os agentes do SNI. Como May enfatiza, a análise não se limita aos procedimentos de senso comum, mas se estende ao contexto político e social mais amplo que envolve a produção documental (2004, p. 213). Dessa maneira, a análise documental dos arquivos do SNI não apenas revelará as pressões enfrentadas pelo Jornal Brasil Mulher, mas também permitirá uma compreensão mais profunda das perspectivas e interpretações dos agentes produtores no cenário político e social da época.

Essa abordagem documental é fundamentada na ideia de que os arquivos, ao registrarem diversos eventos, fornecem uma visão única e valiosa da realidade. Como observado por Cellard (2012), os documentos escritos são fontes extremamente preciosas para pesquisadores nas ciências sociais, possibilitando a reconstrução de épocas passadas, muitas vezes representando a quase toda totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas eras (p. 295).

No decorrer deste artigo, será explorado os desafios enfrentados pela imprensa feminista, analisando as estratégias adotadas para enfrentar a censura e a perseguição. Buscando contribuir para a memória histórica, valorizando o papel das mulheres na resistência política e cultural. O objetivo é promover narrativas históricas mais inclusivas e plurais, reconhecendo as contribuições fundamentais das mulheres da história política e cultural.

RAÍZES E FUNDAMENTOS DA DSN

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi estabelecida em 1949, durante o governo Dutra, com o intuito de incentivar o desenvolvimento de estudos políticos estratégicos nas Forças Armadas. Dois dos diretores mais proeminentes da ESG foram o General Cordeiro de Farias,

um dos fundadores e o primeiro diretor, e Juarez Távora, que posteriormente se candidatou à presidência.

A ESG desempenhou um papel crucial na relação entre setores militares e grupos das classes dominantes, como caracterizado por Oliveira como um:

instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos das classes dominantes, entre grupos militares e outros setores do aparelho de Estado (magistrados, políticos, educadores, embaixadores - numa dimensão política e burocrático-administrativa), com o objetivo de promover determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico 137 (as elites) e dotado de uma ideologia (a ideologia da SN) e uma opção estratégica (o Mundo Ocidental), sob a hegemonia dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, apud ASSUNÇÃO, 1999, p.38).

A instituição desempenhou um papel significativo na formação de uma geração de militares, incluindo figuras como Marechal Castelo Branco e General Geisel, que posteriormente se tornaram presidentes do Brasil. Além de formar militares, a ESG também ofereceu cursos abertos a convidados civis, o que resultou na formação de empresários, profissionais liberais e líderes políticos comprometidos com a mesma doutrina, mas atuando na sociedade civil.

A Escola Superior de Guerra foi responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que serviu como a base ideológica da ditadura militar no Brasil. A DSN incluía uma teoria de guerra que foi concebida em meio à Guerra Fria, o que resultou em uma visão de mundo binária, onde havia aliados e adversários, bem e mal. Nesse contexto, a neutralidade não tinha lugar, levando ao patrulhamento ideológico e à famosa frase "Brasil, ame-o ou deixe-o".

Havia uma preocupação com a formação qualitativa dos agentes do aparato repressivo estatal, pois, conforme preconizado pela DSN golberyana, que destacava a preocupação com os baixos níveis intelectivos da população brasileira, as massas seriam facilmente manipuláveis pelos sujeitos subversivos (SILVA apud NEVES, 2021). Essa perspectiva moldou não apenas a estrutura repressiva, mas também a visão sobre a sociedade e seu potencial de resistência, evidenciando o impacto abrangente da Doutrina de Segurança Nacional durante o período ditatorial.

A partir da teoria de guerra revolucionária, observou-se uma militarização não apenas da política do Estado, com os militares dirigindo a máquina estatal, mas também da sociedade, uma vez que todos os civis eram instados a combater os "traidores" da nação. A teoria de guerra revolucionária também gerou a teoria da revolução e da subversão, com a crença de que existia um inimigo interno que buscava disseminar sua influência por todo o território, muitas vezes associado a influências comunistas. "O medo era o de que o comunismo pudesse criar um clima

emocional perigoso no país e iniciar um processo revolucionário a exemplo de Cuba.” (SOUSA, 2019)

Aqueles que se opunham às ideias do governo eram caracterizados como inimigos internos, subversivos ou até mesmo terroristas, justificando ações autoritárias e repressivas. Assim surge a ideia de combater a subversão e reprimir as ameaças ao Estado, despertando a defesa nacional. Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional foi importante para a justificação da criação de órgãos repressivos, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), sob a alegação de que era necessário manter a ordem social. Além disso, também justificava a execução da censura e repressão, em especial na imprensa que representava uma ameaça aos interesses nacionais, sendo parte de uma estratégia mais ampla de combate ao comunismo e à subversão.

Nessa perspectiva, como sequência do combate à subversão através da censura de imprensas, a propaganda também foi utilizada como veículo de propagação sensíveis na sociedade, colocando em prática a ideia de guerra psicológica, que seria possível através do efeito psicossocial.

Uma forma de atuar na sociedade para colocar em prática a ideia de “guerra psicológica” era pelo poder psicossocial. De acordo com os textos teóricos publicados pela Biblioteca do Exército, o poder psicossocial era um importante componente do poder nacional. (SOUSA, 2019, p. 424)

Para analisar a concepção dos militares em relação à guerra psicológica foi utilizado o documento ACT ACE 2047/82, intitulado “Temas explorados pelos meios de comunicação social que evidenciam ações de guerra psicológica adversa”. Segundo os agentes a caracterização dessa guerra indicava a utilização de técnicas sutis, porém eficazes, visando a consecução de seus objetivos.

“Significa a "massificação da opinião pública/brasileira”, com o propósito deliberado - planejado, orientado e executado no País, com apoio do exterior (MCI) -, "influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de pessoas ou grupos diversos" em torno de ideais comunistas e contrários a Revolução de Março de 1964.” (ACT/ACE - 2047/82, lauda 6)

Esse documento revela a percepção dos militares sobre a necessidade de controlar e moldar a psicologia da sociedade como parte integrante de sua estratégia de manutenção do regime e da resistência a influências consideradas subversivas.

Nesse contexto, a população enfrentava uma realidade marcada pela constante apreensão, tanto em relação ao “inimigo interno” quanto à presença da repressão no país. O medo era um companheiro constante na vida cotidiana dos cidadãos, permeando suas interações

e decisões. A incerteza sobre quem poderia ser considerado um "inimigo interno" e as possíveis ramificações dessa classificação criavam um clima de ansiedade generalizada. A repressão estatal, manifestada através de órgãos como o DOPS e o SNI, adicionava outra camada de apreensão, pois a mera expressão de opiniões discordantes poderia resultar em interrogatórios, detenções e, em casos extremos, desaparecimentos. Nesse ambiente tenso, a sociedade civil vivenciava uma constante sensação de insegurança e vulnerabilidade.

O JORNAL BRASIL MULHER

Em meio a essa tensão e medo, foi fundado o primeiro periódico da imprensa alternativa criado e dirigido por mulheres, durante o governo Geisel em 1975, período marcado pela chamada "distensão":

Em discurso proferido no ano de 1975, Geisel incorporou ao princípio de abertura política a chamada "distensão social", pois "os objetivos do governo, de institucionalizar o poder em bases democráticas, seriam impossíveis de alcançar caso se agravassem as tensões sociais". (ROCHA JUNIOR, 2022, p. 6)

Este contexto político se caracterizava por uma relativa abertura e tolerância do regime militar em relação às críticas e atividades da oposição, desde que não representassem ameaças diretas aos objetivos políticos do governo.

Esse ambiente mais tolerante permitiu a emergência de outros tipos de veículos, como a imprensa alternativa, ou nanica como também era chamada. Era constituída por veículos de comunicação independentes que surgiram como resposta à censura e ao controle exercido pelo governo ditatorial. Esses meios buscavam oferecer uma visão crítica e diversificada, desempenhando um papel fundamental na disseminação de informações e perspectivas alternativas, pois não sofriam com a censura prévia ou com tantas pressões governamentais, como ocorria com grandes jornais.

No entanto, mesmo nesse período de distensão, essas iniciativas não escaparam da inspeção do governo. O documento ACT ACE 1621/81, produzido pelo SNI em maio de 1977 intitulado "Imprensa "Nanica" ou "Alternativa" ", revela que mesmo veículos como o Jornal Brasil Mulher estavam sob vigilância. Esse documento, ao analisar também o jornal feminista citado, descreve suas características, destacando suas repostagens sobre problemas sociais e econômicos no Brasil, suas críticas ao governo e ao regime político vigente, bem como sua postura independente, não divulgando nenhuma publicidade em seus números.

Essa documentação evidencia a persistência da vigilância sobre essas imprensas consideradas alternativas, mesmo durante o período de distensão. Isso ocorria pois veículos alternativos como o Jornal Brasil Mulher desafiaram ativamente as normas estabelecidas pela ditadura.

A primeira edição do Jornal Brasil Mulher foi editado em Londrina/PR e transportado para São Paulo, refletindo a estratégia de ampliação de sua divulgação. Focando em temas relacionados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero, enfrentamento ao machismo estrutural e questões vinculadas à anistia, o jornal se tornou um desafio aberto às restrições impostas pela ditadura, contribuindo significativamente para a construção de de um espaço de resistência e para a consolidação de identidades feministas.

As feministas brasileiras da década de 1970 buscavam, através de sua imprensa, construir uma posição política que desse conta da especificidade da condição feminina, de uma visão alternativa de política [...] e, ainda, da luta contra a ditadura e o socialismo. (ARAÚJO, 2000, p. 164)

Além de ser um veículo de informação, o Jornal Brasil Mulher foi um espaço de resistência singular em meio à ditadura, desafiando abertamente as estruturas patriarcais e os estereótipos de gênero predominantes na sociedade. Ao abordar questões relacionadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, o jornal não apenas trouxe à tona temas negligenciados, mas também promoveu uma conscientização essencial sobre a condição feminina na época.

Suas páginas tornaram-se um palco para vozes antes silenciadas, oferecendo um espaço para narrativas femininas diversas e para a construção de identidades feministas no contexto político e social hostil da ditadura. Enfrentando a censura e a pressão do regime, o Jornal Brasil Mulher não só resistiu, mas também se destacou como um farol de esperança e empoderamento para as mulheres na luta por seus direitos e pela igualdade na sociedade brasileira.

Em meio ao seu papel desafiador, o Jornal Brasil Mulher não escapou da vigilância e monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do regime militar. O SNI, atento à imprensa considerada subversiva, acompanhava de perto as atividades do jornal, impondo uma sombra constante sobre suas operações. A constante vigilância não apenas representava uma ameaça à liberdade de expressão, mas também impunha um clima de tensão e cautela aos envolvidos na produção e distribuição do jornal.

O SNI E O JORNAL

Em busca na plataforma do Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), foi encontrado o documento ASP ACE 4250/80, datado de 15 de junho de 1976, intitulado “Jornal Brasil Mulher”, evidencia a ampla vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o veículo de imprensa. Composto por 99 laudas, ele detalha minuciosamente atividades, informações pessoais e mudanças operacionais relacionadas ao jornal. Isso revela a intensa investigação do SNI sobre cada membro da equipe, inclusive suas atividades extracurriculares, destacando a atenção dada a todos os aspectos do funcionamento do jornal.

A presença do guia de leitura acompanhando as edições do Jornal Brasil Mulher dentro dos relatórios do SNI é reveladora. As 94 páginas anexadas, contendo não apenas edições do jornal, mas também um guia detalhado de interpretação, destacam a atenção minuciosa que o SNI dedicava não apenas à presença do jornal na mídia, mas também à sua narrativa e influência potencial sobre os leitores.

Ao integrar o guia de leitura em seus relatórios, o SNI evidenciou a sua preocupação com a abordagem editorial e a possível repercussão do Jornal Brasil Mulher. A inclusão dessa documentação revela não apenas o monitoramento da presença do jornal, mas também uma análise cuidadosa de seu conteúdo. Isso ilustra o escopo da intensa repressão e vigilância exercida pelo regime, evidenciando o controle meticuloso sobre qualquer forma de expressão ou atividade política contrária aos interesses do Estado, inclusive na forma como o jornal era estruturado para seus leitores.

Os guias de leitura anexados a esses documentos demonstram a preocupação dos agentes do SNI. Por exemplo, este guia de leitura destaca a percepção da ditadura sobre a necessidade de uma reforma política para enfrentar as condições políticas e sociais em evolução.

E pois num contexto em que ganha corpo os conflitos interburgueses e se alarga a contestação popular a ditadura que o projeto institucional defendido pelo setor Geisel tenta se implantar. (ASP/ACE - 4250/80, lauda 8)

O guia menciona a importância da reforma política na consolidação da ditadura, destacando a necessidade de reorganização do poder político. No entanto, observa-se que, mesmo após dois anos da proclamação do processo “distencionista” pelo governo Geisel, as reformas nas estruturas políticas ainda não foram efetivamente implantadas.

A conjuntura política brasileira tem sido marcada, sobretudo nos últimos 4 meses por acontecimentos que, vistos isoladamente, podem parecer um amontoado de medidas contraditórias da ditadura. Para situá-las e compreendê-las devemos remontar um quadro mais amplo em que se

desenvolve a política "distencionista" do governo Geisel. (ASP/ACE - 4250/80, lauda 8)

Além disso, o guia discute a crise de hegemonia do poder político da ditadura, especialmente entre as classes dominantes, e como o movimento de oposição democrático e popular contribuiu para esse cenário. O anexo do guia ao relatório do SNI expõe a preocupação e perspectiva do regime em relação à conjuntura política e às estratégias necessárias para manter sua estabilidade diante das crescentes contestações.

Após este trecho, segue-se a inclusão de outras 49 páginas. As primeiras seções apresentam mais anexos de jornais, agora também incluindo materiais do jornal *Amnistia*, que, como anteriormente observado pelos agentes, mantinha uma linha editorial semelhante à adotada pelo *Jornal Brasil Mulher*.

As últimas 10 páginas deste documento contém a resposta a uma solicitação de busca, que detalha informações pessoais sobre as mulheres envolvidas no jornal. Esses dados abrangem aspectos diversos, desde detalhes sobre suas famílias até eventos que participaram, outros locais em que trabalharam e até mesmo viagens e visitas que realizaram. Além disso, é feita uma nova solicitação de busca, desta vez direcionada a detalhes específicos sobre os membros do conselho editorial e de pesquisa do *Jornal Brasil Mulher*.

Por fim, o documento inclui o prontuário de uma jornalista que atuava como tradutora para o jornal. Esse arquivo abarca informações de cunho profissional, pessoal e histórico de sua participação no cenário político.

Outro documento crucial, datado de 11 de maio de 1976 e catalogado como AC ACE 91834/76, descreve um encontro no Museu de Arte de São Paulo para celebrar o Dia Internacional da Mulher em 1976. Cerca de 400 mulheres e 20 homens participaram, discutindo temas como a condição feminina na sociedade, sua situação econômica e política. O evento contou com figuras proeminentes, incluindo Therezinha Godoy Zerbini e Joana Lopes, além da exibição de filmes e a distribuição de cartazes do Movimento Feminino pela Anistia (MFA). Após o evento, debates sobre os filmes foram proibidos por "ordens superiores", e a reunião encerrou-se com informações do MFA e a venda do jornal "*Brasil Mulher*", edição de dezembro de 1975.

A proibição do debate demonstra a resistência do governo militar em permitir o livre fluxo de ideias e discussões que pudessem contrariar a narrativa oficial. A censura imposta às discussões sobre os filmes exibidos revela a tentativa de controlar não apenas a expressão política, mas também a cultura e a arte como formas de influenciar a sociedade.

A proximidade entre Therezinha Zerbini e Joana D’Arc, ambas com destacado protagonismo na década de 1970, oferece uma perspectiva interessante. Enquanto Zerbini liderava o Movimento Feminino pela Anistia, lutando pelos direitos e pela liberdade de presos políticos, ela também trabalhava ao lado de Joana D’Arc que desempenhava um papel fundamental como editora do Jornal Brasil Mulher.

Essas mulheres faziam parte de uma geração engajada politicamente, contribuindo significativamente para a luta pela redemocratização do país. Seus protagonismos em diferentes frentes, seja na defesa dos direitos civis e políticos das mulheres ou na resistência por meio da imprensa independente, refletem a diversidade e a intensidade do movimento pela redemocratização durante esse período.

Depois dos anexos do jornal, o documento apresenta uma carta enviada do Ministério da Justiça ao chefe do SIGAB (Serviço de Informação ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), na qual são feitas observações críticas sobre o jornal "Brasil Mulher".

Este tablóide à semelhança de outros que circulam no momento (Opinião, Ex, Movimento) dedica-se a ação contestatória, agudamente crítica, tendenciosa e negativista. [...] O editorial, todo vazado segundo o jargão marxista, não deixa dúvidas quanto à função doutrinária do jornal. (AC/ACE - 91834/76, lauda 20)

A carta menciona que o jornal, apesar de parecer destinado a um público feminino, serve como um veículo para disseminação de ideias políticas de cunho comunista. O texto é considerado tendencioso e negativista, com matérias oriundas de fontes censuradas e uso de um discurso marxista, reforçando a preocupação do regime com publicações consideradas contrárias aos seus interesses. O documento se finda com a seguinte declaração: “Em decorrência do que foi exposto, sugiro que este jornal seja mantido sob observação, resultando daí as providências cabíveis.”

A profundidade dessa análise e o acompanhamento detalhado de cada atividade do "Movimento Brasil Mulher" e do jornal refletem a amplitude da repressão e da vigilância impostas pelo governo militar. Essa postura se manifestava diante de qualquer manifestação opositora ou atividade política que pudesse desafiar os interesses do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ofereceu uma análise do papel crucial desempenhado pela imprensa feminista, com foco no Jornal Brasil Mulher, durante o período ditatorial no país. Diante de um contexto de repressão política, censura e violação dos direitos humanos, a imprensa alternativa, e em particular a imprensa feminista, emergiu como uma voz desafiadora, resistindo às normas estabelecidas pelo regime autoritário.

O Jornal Brasil Mulher, fundado em 1975, não apenas se tornou um espaço de resistência, mas também confrontou abertamente as estruturas patriarcais e os estereótipos de gênero predominantes. Ao abordar temas relacionados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e ao enfrentamento do machismo estrutural, o jornal não só trouxe à tona questões negligenciadas, mas também promoveu uma conscientização crucial sobre a condição feminina na época.

A abertura política relativa do governo Geisel, marcada pela chamada “distensão”, permitiu o surgimento de veículos de imprensa alternativa, proporcionando um ambiente mais tolerante. No entanto, a imprensa feminista, incluindo o Jornal Brasil Mulher, ainda estava sujeita à intensa vigilância e monitoramento por parte do SNI.

A análise dos documentos do SNI revelou a extensão da investigação sobre o jornal, indo além da simples observação de suas atividades na mídia. A análise minuciosa do conteúdo do jornal demonstrou uma preocupação não apenas com a presença do jornal, mas também com sua narrativa e influência potencial sobre os leitores. Essa atenção detalhada reflete a intensa repressão e vigilância exercida pelo regime, evidenciando o controle meticuloso sobre qualquer forma de expressão ou atividade política contrária aos interesses do Estado.

Os desafios enfrentados pela imprensa feminista, como evidenciado no caso do Jornal Brasil Mulher, incluíram não apenas a censura e a perseguição, mas também a constante ameaça à liberdade de expressão. O contexto de guerra psicológica adversa, conforme definido pelo Decreto-Lei nº 314 de 1967, proporcionou uma base legal ampla para a interpretação flexível, permitindo a criminalização de atividades percebidas como ameaças ao governo.

Em meio à tensão e ao medo, o Jornal Brasil Mulher destacou-se como um farol de esperança e empoderamento para as mulheres na luta por direitos e pela igualdade na sociedade brasileira. Sua resistência contribuiu para a conscientização sobre as violações de direitos humanos e representou uma narrativa histórica mais inclusiva e plural, valorizando o papel das mulheres na resistência política e cultural.

No geral, este estudo buscou resgatar e compreender profundamente a história da imprensa feminista durante a ditadura militar, contribuindo para a preservação da memória

histórica e destacando a importância dessas vozes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ALVES, M. H. M. **State and Opposition in Military Brazil**. Austin: University of Texas, 1985.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10314.htm. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART; DESLAURIERS; GROULX; LAPERRIÈ; MAYER; PIRES. **A pesquisa qualitativa**. 3ª ed., Editora Vozes. Petrópolis, 2012.

CHAVES, Renan Ramos; ANTONIO, Mariana Dias; DE OLIVEIRA, Dennison. Guerra Psicológica: o conceito no jornal Última Hora (1961-1963). **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 163-197, 2021.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NEVES, José. Diretrizes e contradições da Doutrina De Segurança Nacional expostas no arquivo de documentos do Serviço Nacional De Informações do Paraná (1964-85). **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 51, 2021.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História (São Paulo)**, v. 29, p. 135-157, 2010.

ROCHA JUNIOR, Geovanni. **O projeto de Distensão Social do Governo Geisel**. In: Anais do XIX Encontro Estadual de História de Santa Catarina - Usos do Passado: Ética e Negacionismos, 2022.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante**. *História: Debates e Tendências* 19.3 (2019): 420-438.

VILLA, M. A. Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

Fontes Documentais

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Temas explorados pelos meios de comunicação social que evidenciam ações de guerra psicológica adversa**, 12 de maio de 1975. ACT ACE 2047/82, 7 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Imprensa “Nanica” ou “Alternativa”**, 19 de maio de 1977. ACT ACE 1621/81, 25 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Jornal Brasil Mulher**, 15 de junho de 1976. ASP ACE 4250/80, 99 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Movimento Brasil Mulher**, 11 de maio de 1976. AC ACE 91834/76, 22 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).